



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : FERTILIGAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ/CPF : 21.958.574/0001-47
Empreendimento : FERTILIGAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Travessa Santa Cruz número/km S/N Bairro Morro da Cruz Cep 34525-310 Sabará - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Sabará (LAT) -19.8983, (LONG) -43.871
Fator locacional resultante : 0
Classe predominante resultante : 3
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 6447/2021

Motivo da decisão:

O processo produtivo do empreendimento é realizado por meio da energia elétrica produzida pela "central geradora hidrelétrica – CGH" e esta CGH não possui regularização ambiental, considerando não foi constatada autorização para as intervenções ambientais ocorridas na área do empreendimento. Conforme artigo 15 da DN 217/2017, em se tratando de processo de licenciamento ambiental simplificado (LAS), as autorizações referentes ao uso de recursos hídricos e às intervenções ambientais devem ser obtidas previamente à formalização do LAS.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Belo Horizonte, 28/07/2022.

Documento assinado eletronicamente por CHARLES SOARES DE SOUSA, Superintendente, em 28/07/2022 15:10 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.